

## **Projeto: Políticas culturais e participação social: um estudo dos conselhos na área da cultura**

**Responsável: Lia Calabre**

### **Apresentação**

O país vivenciou, entre os anos 2003 e 2016, um processo de reconhecimento e de valorização do papel dos vários atores políticos nos espaços decisórios. Assiste-se a um crescente processo de ampliação da participação popular na gestão pública, nos mais diversos níveis de governo. A participação social é tida como uma das premissas que garantem a efetiva existência de políticas culturais, ou se quisermos dizer de uma outra forma, das políticas públicas de cultura. A maior parte das experiências levadas à cabo pelo Ministério da Cultura durante o governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, tinham o princípio da participação como fio condutor.

Os Conselhos de políticas devem, obrigatoriamente, ter caráter deliberativos e fiscalizador e serem no mínimo paritários na sua relação poder público e sociedade civil. Isso significa que ao falarmos da criação de Conselhos de políticas culturais, estamos nos referindo a órgãos que são no mínimo deliberativos e fiscalizadores. Maria Tarquínia Moreira nos alerta para o fato de que os conselhos são “instâncias de caráter deliberativo, não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccionais”, afirmando, ainda, que “não afastam o monopólio estatal da produção do Direito, mas sujeitam o Estado a elaborar normas de forma compartilhada com a sociedade civil”. (MOREIRA, 2001. P. 23) É importante destacar que por ser um órgão integrante da estrutura do governo, o conselho é regulado através de lei que deve ser aprovada pela Câmara dos Vereadores, na qual constará as normas que o regem, a composição do órgão e a forma como se dará o exercício de suas competências.

### **Objetivo**

O projeto tem por objetivo geral analisar o processo de crescimento da participação social no campo das políticas culturais a partir dos anos 2000. A gestão do Ministro Gil inaugurou, na gestão da cultura, a utilização de diversas ferramentas, ações

e estratégias alicerçadas na participação social. Com fóruns, seminários, conferências e conselhos. Tomaremos o Conselho Nacional de Políticas Culturais em suas configurações nos anos 2000, chegando até o atual Conselho que tomou posse em março de 2023, como principal objeto de estudo.

## **Justificativa**

Dentro de um modelo de gestão democrática da cultura existem alguns instrumentos que devem ser utilizados pela administração pública, tais como a realização de fóruns, conferências, plebiscitos ou a criação de câmaras setoriais e conselhos. Estes últimos, até mesmo por seu caráter permanente, têm papel destacado dentro do processo de construção de práticas participativas no gerenciamento da área pública. Os conselhos podem ser considerados como novos arranjos institucionais - ainda que sejam conhecidos há muito tempo em outras modalidades -, passaram a ser utilizados, mais largamente, no país, a partir da promulgação da Constituição de 1988, ganharam novos papéis, funções inovadoras e democráticas, transformaram-se em conselhos gestores de política. A presença dos mesmos dentro das estruturas do governo contribuiu para a consolidação de uma nova cultura política, dentro da qual se destacou por um lado o surgimento de uma nova possibilidade cultura de governar, mas também a atribuição de um conjunto de novas responsabilidades para a sociedade civil.

Originalmente, a cultura não estava incluída na Constituição, entre as áreas que obrigatoriamente deveriam constituir conselhos de gestão e política, a mudança ocorreu em 2012, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC). A emenda determina que a estrutura do SNC, no conjunto das esferas governamentais, é constituída por órgãos gestores de cultura, conselhos de política cultural, sistema de financiamento à cultura, conferências de cultura, comissões intergestores, planos de cultura, sistema de informações e indicadores culturais, programas de formação na área de cultura e sistemas setoriais de cultura.

Dentro do desenho institucional do Sistema Nacional de Cultura os Conselhos de Políticas Culturais cumprem um destacado papel. Os processos de eleição dos membros do conselho têm caráter nacional e são, tradicionalmente acompanhando por um grau significativo de mobilização da sociedade civil no campo da cultura. Estudar a formação de cada novo mandato do conselho, coletando, inclusive o depoimento dos conselheiros

vai nos permitir analisar e avaliar esse instrumento em um projeto político de ampliação efetiva da participação da sociedade civil na construção das políticas públicas de cultura.

### **Metodologia**

O projeto trabalhará com análise documental a partir dos editais de convocação para eleição dos CNPC, assim como os regulamentos internos que regem o mesmo e com as atas produzidas nas reuniões. Para análise da problemática mais específica da efetiva participação da sociedade civil o projeto coletará o depoimento do conjunto dos conselheiros da sociedade civil que participaram do CNPC. Utilizaremos a metodologia da história oral para coleta e análise do material.

### **Resultados e impactos esperados**

Construir a história do CNPC em seus diversos mandatos em diálogo com o contexto maior das políticas públicas de cultura do país.

Produzir fontes documentais que ficarão disponíveis após a pesquisa na de políticas culturais do Repositório da Fundação Casa de Rui Barbosa (RUBI)

Analisar os caminhos trilhados pelo Ministério da Cultura na tarefa de construir políticas públicas a partir da efetiva participação social.

### **Cronograma de execução**

O presente projeto está previsto para execução em um prazo de quatro anos (2023 -2026), o cronograma abaixo corresponde aos dois primeiros anos de pesquisa.

O presente projeto será integrado por um doutor e um mestre e receberá apoio de um bolsista de iniciação científica

### Cronograma do bolsista mestre

	1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
Levantamento bibliográfico	xx					
Levantamento preliminar da documentação do CNPC		xx	xx			
Estudo das normativas do CNPC		xx	xx			
Leituras sobre HO		xx	xx			
Relatório semestral			x			
Levantamento e preparação das listagens dos conselheiros que integraram as diferentes gestões do CNPC			xx			
Levantamento dos dados biográficos dos Conselheiros				xx	xx	xx
Elaboração do 1º artigo						xx
Participação da jornada						xx
Relatório Anual						xx

### Cronograma do bolsista doutor

	1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
Levantamento bibliográfico e alinhamento da pesquisa	xx					
Desenvolvimento da pesquisa		xx	xx	xx	xx	xx
Relatório semestral			xx			
1º artigo					xx	xx
Relatório anual						xx
Participação da jornada						xx

### **Referências Bibliográficas**

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2019.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: O direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair José e VERSOLATO, Fernanda. (org.) **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Polis, 2005

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Política Cultural: Conceito, trajetória e reflexões.** Salvador: EDUFBA, 2019

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair e VERSOLATO, Fernanda (org.) **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural.** São Paulo: Instituto Polis, 2005.

MOREIRA, Maria Tarquinia Vieira. Instância deliberativa das políticas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos. In: INFORMATIVO CEPAM. **Conselhos municipais das áreas sociais.** 2ed. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, vol. 1, n. 3, 2001

RUBIM, Antônio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane e RUBIM, Iuri. (org.) **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos.** Salvador: Edufba, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Rev Crítica de Ciências Sociais.** N. 48 – junho de 1997.

VICH, Víctor. **Desculturalizar la cultura: La gestión cultural como forma de acción política.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014